
**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 007/2020-CPH
Processo nº 2020/1038164**

LICITAÇÃO REGIDA PELA LEI 13.303/2016 E DECRETO ESTADUAL Nº2121/2018

SUMÁRIO

- 1 – PREÂMBULO
- 2 – DO OBJETO
- 3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
- 4 – DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES.
- 5 – DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA PELA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.
- 6 - DA PROPOSTA DE PREÇO ENVELOPE Nº 01.
- 7 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 02
- 8 – DA SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DO CREDENCIAMENTO, DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS E DE HABILITAÇÃO E DA ABERTURA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.
- 9 – DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
- 10 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
- 11 – DO TERMO DE CONTRATO
- 12 – DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO
- 13 – DO PRAZO CONTRATUAL E RENOVAÇÃO
- 14 – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
- 15 – DA RESCISÃO
- 16 - FISCALIZAÇÃO
- 17 – DO CUSTO ESTIMADO PARA OS SERVIÇOS
- 18 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- 19 – DO PAGAMENTO
- 20 – DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO
- 21 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 22 – DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO
- 23 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ANEXOS

- I – TERMO DE REFERÊNCIA
- II - MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
- III – PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇOS
- IV – MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
- V - CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO
- VI - PLANILHA DE BDI E DE COMPOSIÇÃO ENCARGOS SOCIAIS
- VII - PLANTAS
- VIII- MINUTA DO CONTRATO
- IX- MODELO DE DECLARAÇÕES

LICITAÇÃO REGIDA PELA LEI Nº13.303/2016 E DECRETO ESTADUAL Nº2121/2018

I – PREÂMBULO

1.1- A **COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DO PARÁ - CPH**, empresa pública com personalidade jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 05.452.160/0001-95, com sede à Avenida Generalíssimo Deodoro, nº 367, Bairro: Umarizal, CEP:66.055-240, Município de Belém, Estado do Pará, torna público para conhecimento dos interessados que o(a) **Presidente da Comissão de Licitação-CL/CPH e demais membros**, designado(a)s pela Portaria nº 098/2020-GP, de 05/OUT/2020, fará realizar licitação tipo **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO nº 005/2020-CPH (Art. 39, da Lei Federal nº 13.303/2016)**, tendo por critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL (Art. 54, inciso I da Lei Federal nº 13.303/2016)**, o regime de execução da obra será de **empreitada por preço unitário (Art. 43, inciso I da Lei Federal nº 13.303/2016)**, e modo de disputa será **FECHADO (Art. 52, § 2º da Lei Federal nº 13.303/2016)**, tudo conforme as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, o que faz nos termos da Lei Federal nº 13.303 de 30/06/2016, Decretos Estaduais de nºs 1.667 de 27/12/2016 e 2.121 de 28/06/2018, à Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), a Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto da Microempresa), e subsidiariamente à Lei nº 8.666/1993, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital, Termo de Referência e seus Anexos, e em conformidade com a autorização contida no **Processo nº 2020/1001769**.

REALIZAÇÃO DOS EVENTOS

ENTREGA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DE PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO

Até às 09h00 do dia 20 de janeiro de 2021.

ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DE PREÇOS

DATA: 20 de janeiro de 2021 - HORÁRIO: 09h00.

ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO

Imediatamente após a fase de apresentação das propostas e/ou negociação, ou em outra data, mediante convocação do(a) **Presidente da Comissão de Licitação/CPH**.

ENDEREÇO

Avenida Generalíssimo Deodoro, nº 367 - Bairro: Umarizal – CEP: 66.055-240 – Belém - Estado do Pará - Fones: **(91) 3221-4100/4108/4109**

1.2- Se nos dias supracitados não houver expediente o recebimento e o início da abertura dos envelopes “**PROPOSTA**” e “**DOCUMENTAÇÃO**” referentes a este **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO** serão realizados no primeiro dia útil de funcionamento da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará-CPH.

1.3- Todos os comunicados; decisões; notificações e esclarecimentos divulgados sobre a licitação, bem como os que lhe forem encaminhados, inclusive por meio de mensagem

eletrônica (*e-mail*), serão publicadas no site www.cph.pa.gov.br ou www.compraspara.pa.gov.br e/ou no **Diário Oficial do Estado do Pará**, cabendo ao **Licitante** acompanhar essas informações, ficando isento(a) o(a) **Presidente da CL/CPH** qualquer responsabilidade por falhas decorrente do não recebimento pelo Sistema Eletrônico, de quaisquer das mensagens emitidas pela **CPH**, informando também que as dúvidas sobre o Edital poderão ser feitas, preferencialmente, até o **2º (segundo) dia útil** anterior à data prevista para a abertura da licitação, mediante provocação por escrito.

1.4- Os questionamentos encaminhados por e-mail deverão estar em arquivo editável (doc., xls), e após respondidos serão disponibilizados a todos os interessados para consulta no site www.cph.pa.gov.br.

1.5- A não solicitação de informações complementares por parte de alguma proponente implicará na tácita admissão de que as informações técnicas e jurídicas foram consideradas suficientes.

II - DO OBJETO

2- A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa para a prestação de obras e serviços de engenharia para a execução da Reforma e Adequação do Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Soure**, a qual visa atender as necessidades da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará- CPH.

III - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1- Poderão participar deste **Procedimento Licitatório** as empresas que:

3.1.1- Atendam as condições deste Edital e seus anexos, e que apresentem os documentos neles exigidos.

3.1.2- Não estejam em processo de dissolução e/ou liquidação.

3.1.3- Não sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, quaisquer que sejam sua forma de constituição.

3.1.4- Regularmente cadastradas no Sistema de Cadastramento Secretaria de Estado de Administração do Estado do Pará-SEAD e/ou SICAF em plena validade, e que atendam as condições prescritas para a prestação dos serviços; *ou* apresentem os documentos exigidos no **item 7** e seus respectivos subitens deste **Edital**.

3.1.5- Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou pelo(a) **Presidente e/ou membros da Comissão de Licitação-CL/CPH** à vista dos originais ou publicação em órgão da imprensa oficial.

3.2- Nos termos do Art. 38, Lei Federal nº 13.303/2016, estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista a empresa:

I- Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista contratante;

II- Suspensa pela empresa pública ou sociedade de economia mista;

III- Declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a empresa pública ou sociedade de economia mista, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV- Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

V- Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VI- Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII- Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VIII- Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

3.3 - Aplica-se a vedação prevista no item nº 3.2:

I- À contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

II- A quem tenha relação de parentesco, até o 3º (terceiro) grau civil, com:

a) dirigente de empresa pública ou sociedade de economia mista;

b) empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

c) autoridade do ente público a que a empresa pública ou sociedade de economia mista esteja vinculada.

III- Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a respectiva empresa pública ou sociedade de economia mista promotora da licitação ou contratante há menos de 6 (seis) meses.

IV - DO CREDENCIAMENTO DO REPRESENTANTE

4.1- Considera-se como representante qualquer pessoa credenciada pelo **Licitante**, mediante contrato, procuração ou documento equivalente, para falar em seu nome durante a reunião de abertura dos envelopes, seja referente à proposta ou à documentação.

4.2- Entende-se por documento credencial:

4.2.1- Contrato Social, quando a pessoa credenciada for sócia da empresa **Licitante**.

4.2.2- Procuração ou declaração do **Licitante** com poderes para que a pessoa credenciada possa representá-la em qualquer fase desta licitação.

4.3- Cada **Credenciado** poderá representar apenas uma empresa **Licitante**.

4.4- O documento credencial deverá ser apresentado ao(à) **Presidente e/ou aos membros da CL/CPH** no início dos trabalhos, isto é, antes da abertura dos envelopes de “**Proposta de Preços**” e da “**Documentação**” ou quando este(a) o exigir.

4.5- A não apresentação do credenciamento não inabilitará o **Licitante**, mas impedirá o seu representante de se manifestar e responder em nome da empresa.

V – DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA PELA MICROEMPRESA-ME E EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP.

5.1- As Microempresas- ME'S e Empresas de Pequeno Porte – EPP'S, para o exercício do direito de preferência previsto na Lei Complementar nº123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação da **Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado, onde a empresa possui sua sede.**

5.2- Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da LC nº 123/2006, (modelo anexo).

VI - DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1- A proposta de preços e demais documentos deverão ser entregues no local, dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, em envelope separado, lacrado e rubricado, com a seguinte identificação:

COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DO PARÁ
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 007/2020-CPH
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS
RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE / Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ

6.2- O **Licitante** deve apresentar proposta de preço de acordo com o Edital; na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

6.2.1- Proposta em **1(uma)** via, conforme modelo sugerido no **Anexo II**, impressa ou datilografada, datada do dia fixado para a entrega dos Envelopes, rubricada em todas as suas páginas, carimbadas e assinada na última pelo titular ou representante legal identificado, sem rasuras, borrões, emendas, acréscimos, ressalvas ou entrelinhas, redigida em português (permitido o uso de expressões técnicas de uso comum em outra língua – jargão), **especificando o objeto de forma clara e inequívoca**.

6.2.2- Folha de identificação do **Licitante**, contendo: Razão Social, CNPJ/MF, Inscrição Distrital/Estadual/Federal, nome do responsável/contato, banco, agência e o número da conta corrente do **Licitante**, para a qual deverá ser emitida a ordem bancária, endereço completo, número de telefone e fac-símile, sítio da internet e endereço eletrônico (se aplicável).

6.2.3- **Planilha Orçamentária Detalhada**, onde constem os quantitativos e seus respectivos preços unitários, os preços parciais e preço global da obra, contendo no mínimo os itens descritos nos **Anexos – Planilha Orçamentária de Preços, Planilha de Composição de Preços Unitários, Planilha de Composição de BDI, Planilha de Encargos Sociais e Cronograma Físico Financeiro**, devendo informar e/ou indicar a fonte de seus preços (**DNIT/SEDOP/SINAPI**), contendo ainda, toda e qualquer informação necessária para o detalhamento dos serviços propostos, tais como planilha de custos Indiretos, Tributos, Tabela de Encargos e Lucro, cotados em moeda nacional (R\$), em algarismo e por extenso de preferência, sendo que:

a) ocorrendo divergência entre os valores, prevalecerão os descritos por extenso. Ocorrendo discordância entre os valores unitário e total, prevalecerá, sempre, o menor valor.

6.4- A cotação apresentada e levada em consideração para efeito de classificação será da exclusiva e total responsabilidade do **Licitante**.

6.5- Ocorrendo apresentação de serviços incompatíveis com os serviços exigidos e/ou erros de formação de preços unitários, bem como à expressão de valores monetários incompatíveis com o mercado a proposta será desclassificada.

6.6- Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **60 (sessenta) dias**, contados da data da apresentação das propostas.

6.7- Declaração do **Licitante** de que na sua proposta, os valores apresentados englobam todas as despesas com tributos, impostos, contribuições fiscais, parafiscais ou taxas, que incidam direta ou indiretamente no valor dos serviços cotados que venham a onerar o objeto desta licitação.

6.8- Declaração de que os prazos de execução dos serviços não serão superiores aos indicados ou aos solicitados na forma deste Edital.

6.9- Declaração do **Licitante** que se obriga a aceitar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato, de acordo com o Artigo 81 da Lei nº. 13.303/2016.

6.10- Em nenhuma hipótese poderá ser alterada, quanto ao seu mérito, à proposta apresentada, tanto no que se referem às condições, prazo ou quaisquer outras que importem em modificação nos seus termos originais.

6.11- Não se admitirá proposta que apresente preços unitário ou total simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

VII. DA HABILITAÇÃO

A Documentação de Habilitação deverá ser apresentada em envelope fechado e colado em seu fecho, tendo na parte frontal externa e de maneira bem nítida os dizeres e contendo os documentos listados abaixo:

COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DO PARÁ
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 007/2020-CPH
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE / Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ

7.1- DA HABILITAÇÃO JURÍDICA – (Art. 58, Inciso I)

7.1.1- Cédula de identidade do(s) representante(s) legal(is);

7.1.2- Registro Comercial, no caso de empresa individual;

7.1.3- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou

7.1.4- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

7.2- DA REGULARIDADE FISCAL - (Art. 58, Inciso I)

7.2.1- Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)**.

7.2.2- Prova de regularidade com a **Fazenda Nacional**, através de Certidão de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União.

7.2.3- Prova de regularidade para com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**.

7.2.4- Prova de regularidade para com a **Justiça do Trabalho** (CNDT).

7.2.5- Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** (Certidão de Tributos Estaduais).

7.2.5.1- Para as empresas sediadas no Estado Pará serão exigidas as **Certidões Negativas de Natureza Tributária e de Natureza não Tributária ou as Certidões de Regularidade Fiscal de Natureza Tributária e de Natureza não Tributária**.

7.2.6- Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**.

7.2.7- Para fins de regularidade fiscal, serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas, conforme previsto no Art. 206, do Código Tributário Nacional;

7.2.8- As ME'S e EPP'S definidas, respectivamente, nos incisos I e II, do Art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, de 14/12/2006, interessadas em participar desta licitação, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (Artigo 43, da Lei Complementar nº123/2006).

7.2.8.1- Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das ME'S e EPP'S, será assegurado às mesmas o prazo de **05(cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa (§ 1º, Art. 43, Lei Complementar nº 123/2006).

7.2.9 – As ME'S e EPP'S que não regularizarem a documentação no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os **Licitantes** remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação (§ 2º, Art. 43, Lei Complementar nº123/2006).

7.3- DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA- (Art. 58, Inciso III)

7.3.1- Apresentação de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado a mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta, mediante a obtenção de índices de Liquidez Geral - LG (não inferior a 1,0), Solvência Geral – SG(maior ou igual a 1,0) e Liquidez Corrente – LC (não inferior a 1,0), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

LG = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

Passivo Circulante

7.3.2- A empresa, que apresentar resultado igual ou menor que um ($\leq 1,0$), em qualquer dos índices referidos no **subitem 7.3.1**, deverá apresentar, como condição para

sua habilitação, balanço patrimonial vigente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, comprovando que possui patrimônio líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor total estimado para o contrato, correspondente a **R\$409.103,04 (quatrocentos e nove mil, cento e três reais e quatro centavos)**.

7.3.3- Os índices deverão ser demonstrados por cálculos efetuados por contador ou técnico devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, com respectiva certidão de regularidade e registro, os quais deverão ser extraídos da demonstração do Balanço Patrimonial devidamente registrado no Órgão competente na forma da legislação vigente, cujos documentos, balanço e demonstrativo, já deverão estar inclusos dentro do envelope de habilitação, sendo vedada a sua inclusão durante a sessão ou apresentação a *posteriori*.

7.3.4- As empresas com menos de 01 (um) ano de existência, que ainda não tenham balanço de final de exercício, deverão apresentar Demonstrações Contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativos ao período de sua existência, obedecidos os aspectos legais e formais de sua elaboração

7.3.5- Entenda-se como “último exercício social já exigível” o balanço patrimonial e demonstrações contábeis **do ano 2019**, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1999/2014 – Plenário – TCU).

7.3.6- Certidões Negativas de pedido de falências ou concordatas, expedida pelo Cartório Distribuidor Cível da sede da pessoa jurídica, que não esteja com prazo de validade vencida, **cuja apresentação é obrigatória**.

7.4- DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - (Art. 58, Inciso II)

Para comprovação e atendimento da qualificação técnica deverão ser cumpridos os itens abaixo descritos:

7.4.1- **Capacidade Operacional:** A empresa **Licitante** (pessoa jurídica) deve ter experiência na execução de objeto de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, que comprove a parcela relevante, por meio da apresentação de pelo menos **1 (um) Atestado de Capacidade Técnica** fornecida por pessoa jurídica do direito público ou privado comprovando a aptidão para as atividades pertinentes e compatíveis e que façam explícita referência às parcelas de maior relevância que permitam aferir proximidade de características funcionais e técnicas dimensionais e qualitativas com os serviços necessários à realização do objeto desta licitação.

7.4.2- **Conhecimento da área:** Apresentar declaração de que possui pleno conhecimento do local onde será realizado o serviço, e de suas peculiaridades, não podendo alegar futuramente desconhecimento das condições dos locais, em favor de eventual solicitação de reequilíbrio econômico financeiro do contrato ou a exigência de aditivos contatuais que acarretem em acréscimos dos preços contratados.

7.4.3- Caso o **Licitante queira, poderá realizar visita técnica no local aonde será executada a prestação da obra e serviços de engenharia, devendo agendar a mesma em até 2 (dois) dias úteis anteriores a realização da abertura do certame**, tendo como ponto de encontro o seguinte endereço:

a) **TERMINAL HIDROVIÁRIO DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE SOURE, localizado na primeira rua, à margem do rio, na direção da Travessa Quatorze, S/N, Bairro: Centro, Estado do Pará.**

7.4.4- Certidão comprobatória de inscrição ou registro e regularidade da empresa **Licitante** e dos seus responsáveis técnicos no(s) Conselho(s) de Classe(s) Competente(s)

– **CREA**, da região a que estiver vinculada, quando couber, que comprove o exercício da atividade relacionada com o objeto da licitação.

7.4.5- **Capacidade Profissional**: Comprovação pela empresa **Licitante** de possuir em seu quadro técnico permanente **antes e/ou após a efetiva contratação** os seguintes profissionais: **no mínimo 2 (dois) Engenheiros com formação nas áreas Civil e Naval, profissionais estes que serão responsáveis por toda a execução do objeto desta licitação, permitindo-se a sua substituição, desde que o profissional a ser substituído tenha o mesmo e/ou superior acervo técnico apresentado.**

7.4.6- Os profissionais ora listados (Engenheiro Civil e Naval) empregados e/ou contratados deverão ser detentores de pelo menos **1(um) Atestado de Capacidade Técnica para cada um dos itens do quadro abaixo, de acordo com sua competência técnica**, devendo ser fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **acompanhado(s) da(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT's)**, com o devido registro do(s) atestado(s) pelo CREA (em concordância com a Resolução nº 1.025/2009 do CONFEA e Lei nº 5.194/1966), devendo ainda apresentar a **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** correspondente ao serviço prestado, comprovando que o(s) profissional(is) já prestou(ram) os serviços abaixo relacionados, pertinentes ao objeto desta licitação:

RELAÇÃO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DO TERMINAL HIDROVIÁRIO DE SOURE			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANTIDADE
01	Construção de embarcação flutuante metálico para embarque/desembarque de cargas e/ou passageiros.	kg	8.800,00
02	Cravação de estaca sobre lâmina d'água.	m	115
03	Execução em concreto armado com fck min de 30 Mpa para reforço estrutural	m ³	31
04	Construção de rampa metálica.	kg	4.300,00
05	Reforma, ou construção de edificações contendo serviços de concreto armado.	m ²	230

7.4.7- Os Responsáveis Técnicos da empresa **Licitante** perante o CREA, deverão estar devidamente registrados na Certidão de Registro e Quitação do **Licitante** no CREA, como seus Responsáveis Técnicos, **antes e/ou após a efetivação da contratação da empresa Licitante**, devendo ter experiência na execução de objeto de mesmo caráter e/ou de igual complexidade e/ou superior, conforme anotação em Certidão de Acervo Técnico – **CAT** expedida pelo CREA, acompanhado com o respectivo atestado técnico de boa execução emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado. Cada Responsável Técnico **só poderá representar uma única empresa Licitante**, sob pena de inabilitação dos **Licitantes**.

7.4.8- Quando a certidão e/ou atestado não for emitida pelo Contratante principal da obra (órgão ou ente público), deverá ser juntada à documentação pelo menos um dos seguintes documentos:

a) declaração formal do Contratante principal confirmando que o **Licitante** tenha participado da execução do serviço objeto do contrato; ou

b) autorização da subcontratação pelo Contratante principal, em que conste o nome do **Licitante** subcontratado para o qual se está emitindo o atestado; ou

c) contrato firmado entre o Contratado principal e o **Licitante** subcontratado, devidamente registrado no Conselho de Classe Competente.

Caso não sejam confirmadas as informações contidas nos atestados fornecidos por empresas privadas, o **Licitante** será considerado **inabilitada para o certame**.

7.4.9- Apresentar somente a quantidade de certidões necessárias e suficientes para a comprovação do exigido, e indicar com marca texto os itens que comprovarão as exigências. Caso não sejam confirmadas as informações contidas nos atestados fornecidos por empresas privadas, o **Licitante** será considerada inabilitada para o certame.

7.4.10- A comprovação do vínculo do(s) **profissional(is) detentor(es) do Atestado de Capacidade Técnica** relacionados na exigência do item **7.4.5** deste Edital, será realizada mediante cópia **da Carteira Profissional de Trabalho que demonstre a identificação do(s) profissional(is) onde conste(m) o(s) nome(s) do(s) profissional(ais) e/ou contrato de prestação de serviço e/ou declaração de contratação futura**, devendo estar o contrato de prestação de serviço e/ou declaração de contratação futura com assinaturas reconhecidas em cartório.

7.4.11- No caso de apresentação da **Declaração de contratação futura do profissional, esta deverá ser assinada pela empresa Licitante e pelo profissional**, (assinaturas reconhecidas em cartório), **devendo ainda constar a autorização expressa de sua inclusão na equipe técnica e de sua participação durante toda a execução dos trabalhos pela empresa contratada.**

7.5 - DESQUALIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS

7.5.1- Após examinados os documentos apresentados para efeito de habilitação do **Licitante**, serão desqualificados e não aceitos aqueles que não atenderem às exigências deste ato convocatório.

7.6- Serão considerados **INABILITADOS** os licitantes que não atenderem ao item 7 e subitens deste Edital, deixarem de apresentar a documentação solicitada ou apresentarem-na com vícios;

7.7- Da apresentação das Declarações:

7.7.1- Apresentar declaração de credenciamento, Declaração de ME/EPP, Declaração de Inexistência de fato superveniente impeditivo de participação no presente Pregão, conforme modelo Anexo ao Edital.

7.7.2- Apresentar declaração de que não possui em seu quadro de pessoal atuando em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo do Anexo ao Edital.

7.7.3- Apresentar declaração de Aceitação e Declaração do Disposto no §6º do artigo 28 da Constituição do Estado do Pará, conforme modelo Anexo ao Edital.

VIII – DA SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DO CREDENCIAMENTO, DA AVALIAÇÃO E DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS.

8.1- Conforme previsto no Art. 51, Lei Federal nº 13.303/2016, inicialmente o(a) **Presidente e/ou membros da CL/CPH** procederão o recebimento dos documentos de Credenciamento, dos Envelopes de nº 01 (Propostas de Preços) e nº 02 (Habilitação) dos **Licitantes**, após será realizada abertura dos envelopes de nº 01 (Propostas de Preços), verificando-se a efetividade das mesmas, todos os presentes procederão à rubrica nos documentos de Credenciamento e os documentos relativos à proposta de preços.

8.2 – O critério adotado na avaliação e julgamento das Propostas de Preços é o de **MENOR PREÇO GLOBAL. (Art. 54, I).**

8.3 - Nesse procedimento licitatório será adotado o **modo de disputa FECHADO**, conforme definido no § 2º, Art. 52, Lei Federal nº 13.303/2016, assim procedendo objetivando definir a melhor proposta:

8.3.1- Uma vez aberto os envelopes e examinadas as Propostas de Preços, haverá a exclusão daquelas que apresentem defeitos evidentes e insanáveis. As demais propostas serão classificadas em ordem decrescente de vantajosidade, ou seja, a de **menor valor ofertado**.

8.3.2- As propostas serão classificadas de acordo com a ordem de vantajosidade, ou seja, conforme menor preço. **Não haverá etapa de lances nesta licitação, sendo que cada Licitante concorrerá com o valor inicial de sua proposta, apresentado no envelope “Proposta de Preços”.**

8.3.3- Havendo empate entre duas ou mais propostas, os **Licitantes** empatados serão chamados para na mesma Sessão Pública, apresentarem novas propostas fechadas em ato contínuo à classificação, conforme estipulado no art. 55 da Lei Federal nº 13.303/2016.

8.4- Nos termos da Lei Complementar nº 123/06 e suas posteriores alterações, encerrada a classificação, após a definição da melhor proposta, será verificada a existência de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) com proposta igual ou até **5% (cinco por cento)** superior ao valor da proposta melhor classificada.

8.5 - Caso ocorra o “empate ficto” descrito no subitem anterior, a ME/EPP classificada em segundo lugar poderá apresentar nova proposta de desconto, presencialmente por representante credenciado, superior ao valor do desconto mais bem classificado no prazo de 5(cinco) minutos. Caso não seja apresentada a nova proposta pela ME/EPP classificada em segundo lugar, as demais ME/EPP com propostas **até 5% (cinco por cento)** superiores à melhor classificada serão convocadas, na ordem de classificação, para exercer o mesmo direito.

8.6 - Quando a proposta do melhor classificado, após a aplicação do benefício da Lei Complementar nº 123/06 e suas posteriores alterações, permanecer acima do valor estimado pela **CPH**, o(a) **Presidente e/ou membros da CL/CPH** poderá negociar com o **Licitante** com condições mais vantajosas, e que serão registradas em Ata. Essa negociação poderá ser feita com os demais **Licitantes**, segundo a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, após a negociação, for desclassificado por sua proposta permanecer superior ao orçamento estimado.

8.6.1 - No caso de negociação da proposta ou no caso de desempate por meio de novas propostas fechadas, sem prejuízo do andamento da licitação, o **Licitante** melhor classificado será convocado para apresentar em até **2 (dois) dias úteis**, a contar do encerramento da Sessão Pública em que ocorrer a declaração do **Licitante** vencedor, para apresentar as novas planilhas ajustadas ao último preço (**planilha orçamentária, planilha de composição de preços unitários, planilha de BDI e planilha de composição de encargos sociais**).

8.7- O(A) Presidente e/ou membros da CL/CPH poderão realizar ou propor diligências para aferir a exequibilidade da proposta, ou ainda, para ajustar a proposta apresentada pelo **Licitante** melhor classificada, com vistas a atender plenamente ao orçamento estimado pela **CPH**, compreendendo, para tanto, a readequação dos valores unitários que deverão ser contemplados iguais ou inferiores aos estimados, respeitando sempre o valor global ofertado na etapa de negociação.

8.7.1 - A verificação de preço inexequível obedecerá aos critérios previstos no inciso III e § 3º, do artigo 56 da Lei nº13.303/2016, e serão assim considerados conforme estabelecido na legislação, por tratar-se de obras e serviços de engenharia.

8.8- Encerrada a fase de julgamento das propostas e verificação de sua efetividade e, ainda, ultrapassada a etapa de negociação, **o(a) Presidente e/ou membros da CL/CPH** procederão à abertura do envelope de nº 2 “Documentos para Habilitação”, somente da empresa **Licitante** classificada em **primeiro lugar**, mantendo-se os envelopes dos demais **Licitantes** em posse do(a) **Presidente e/ou membros da CL/CPH** até a divulgação do resultado de julgamento da habilitação e declaração definitiva da empresa vencedora do certame.

8.9- Constatado o atendimento pleno das exigências fixadas no instrumento convocatório, a empresa **Licitante será declarada vencedora**, sendo-lhe Adjudicado o respectivo item, objeto deste certame, após o transcurso da competente fase recursal, quando for o caso.

8.10- Se a oferta não for aceitável ou se o **Licitante** não atender as exigências habilitatórias, **o(a) Presidente e/ou membros da CL/CPH** examinarão as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da proponente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda as disposições do instrumento convocatório.

8.11- O(A) **Presidente e/ou membros da CL/CPH** rubricarão e oferecerão à rubrica dos representantes dos **Licitantes** todas as peças contidas no credenciamento, nas propostas de preços e nos documentos de habilitação.

8.12- As propostas serão julgadas de acordo com os princípios da Lei Federal nº13.303/2016 e os preceitos estabelecidos no presente ato convocatório, obedecidos os seguintes critérios:

8.12.1- Não poderá ser considerada qualquer oferta de vantagem ou condição não prevista no Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais **Licitantes**.

8.12.2- Não se admitirá proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio **Licitante**, a cuja remuneração ele renuncie total ou parcialmente.

8.12.3- Caso sejam constatados erros formais nas propostas apresentadas, fica assegurado ao(a) **Presidente e/ou membros da CL/CPH** e/ou Comissão/Assessoria Técnica julgadora o direito de corrigi-los, procedendo à retificação dos cálculos passíveis de correção, se for o caso. O valor resultante da correção, haja vista tratar-se de erro meramente formal, não poderá alterar o conteúdo da proposta, e será o considerado para a classificação das propostas.

8.12.4- Em nenhum caso, sob pena de responsabilidade, serão objeto de reformulação os critérios de julgamento previstos em Lei e neste ato convocatório.

8.13- Declarado a empresa vencedora, o(s) demais **Licitante(s)** poderá(ão) interpor recurso no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da lavratura da Ata de Sessão Pública e/ou Privada e/ou da publicação do resultado na Imprensa Oficial do Estado/União, de acordo com o disposto no art. 59 da Lei Federal 13.303/2016.

8.13.1-Será permitido o envio do Recurso através do correio eletrônico: licitacao@cph.pa.gov.br, desde que o mesmo seja enviado **até as 18h00 do último dia do vencimento do prazo recursal**.

8.13.2- Interposto Recurso Administrativo, abrir-se-á igual prazo a(os) demais **Licitante(s)**, que poderá(ão) apresentar contrarrazões e/ou impugná-lo.

8.14- Uma vez decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) **Presidente e membros da CL/CPH**, por intermédio de relatório, enviará o presente processo licitatório à Autoridade Superior da **CPH** para a homologação e posterior adjudicação do objeto da licitação ao **Licitante** vencedor do certame.

8.15- O(A) Presidente e membros da CL/CPH lavrarão Ata circunstanciada da Sessão Pública e/ou Privada da licitação e após assiná-la, a oferecerá à assinatura dos representantes do(s) **Licitante(s)** presentes ao ato.

8.16- Reserva-se, ao(a) **Presidente e membros da CL/CPH**, o direito de promover e realizar tantas Sessões Públicas e/ou Privada quantas julgadas necessárias para a conclusão deste processo licitatório.

8.17- Somente o(a) **Presidente e membros da CL/CPH** e os representantes credenciados dos **Licitantes** terão direito de usar da palavra, rubricar propostas, apresentar reclamações ou recursos e firmar a Ata.

8.18- Considerando a atividade específica do **Licitante** e o interesse da **COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DO PARÁ**, é facultada ao(a) **Presidente e membros da CL/CPH** ou à Autoridade Superior da **CPH**, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveriam constar originariamente da proposta.

8.18.1- Nesse caso, o procedimento licitatório ficará suspenso até a conclusão da diligência.

IX- DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1- O objeto da licitação será Adjudicado a empresa **Licitante** declarada vencedora, por ato do(a) **Presidente e membros da CL/CPH**, caso não haja interposição de Recurso(s), ou pelo Diretor Presidente da **CPH**, após a regular decisão do(s) Recurso(s) apresentados.

9.2- Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, o Diretor Presidente da **CPH** homologará o procedimento licitatório.

X- DO TERMO DE CONTRATO

10.1- Sem prejuízo do disposto nos Capítulos II, Seções I, II e III da Lei nº 13.303/2016 e legislação específica sobre o assunto, o contrato referente à prestação dos serviços e obras de engenharia, de que trata o objeto, será formalizado e conterà, necessariamente, as condições especificadas no **Anexo VIII – Minuta do Contrato** deste ato convocatório e na proposta do **Licitante** vencedor, conforme preceitua o art. 68 do referido diploma legal.

XI- DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

11.1- Homologada a licitação, a **Adjudicatária** será convocada para assinar o contrato no prazo de validade da proposta.

11.2- Se a **Adjudicatária**, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, aplicar-se-á o disposto no Art. 83, Lei Federal nº 13.303/2016.

11.3- Conforme estabelece o Art. 75 da Lei 13.303/2016 a **CPH** convocará a **Adjudicatária** vencedora para assinar o termo de contrato, observados o prazo e as condições estabelecidos, sob pena de decadência do direito à contratação.

11.3.1-O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período.

11.3.2-É facultado à empresa pública ou à sociedade de economia mista, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidos no art. 75:

I- Convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com o instrumento convocatório;

II- Revogar a licitação.

XII- PRAZO CONTRATUAL E RENOVAÇÃO

12.1- O prazo contratual é de **12 (doze) meses**, a contar da data de assinatura do contrato e os prazos para execução dos serviços são aqueles indicados no cronograma físico financeiro do Termo de Referência anexo ao presente Edital.

12.2- A Renovação e/ou Apostilamento do termo contratual respectivo deverá ser sempre precedida de pesquisa para verificar se as condições oferecidas pela CONTRATADA continuam vantajosas para a **CPH**, e poderá ser renovado até o prazo máximo do Artigo 71 da Lei 13.303/2016.

XIII- DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

13.1- O contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no art. 81 da Lei nº 13.303/2016, desde que haja interesse da Administração Pública, com a apresentação das devidas justificativas, ressaltando, principalmente, os seguintes casos:

13.1.1- **Unilateralmente** pela Administração Pública:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites previstos no inciso II do art. 81 da Lei nº 13.303/2016.

13.2- No interesse da **CPH**, o valor do **contrato** poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** para obras, serviços ou compras, e/ou **50%(cinquenta por cento)** para reformas de edifício ou de equipamento, conforme disposto no art. 81, § 1º da Lei Federal nº 13.303/2016.

13.3- A empresa **Licitante** vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.

13.4- Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes contratantes.

XIV - DA RESCISÃO

14.1- São motivos para rescisão do contrato na forma do Inciso VII do art. 69 da Lei nº 13.303/2016:

a) o descumprimento das cláusulas e condições contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b) o cumprimento irregular de cláusulas e condições contratuais, especificações, projetos ou prazos;

c) o atraso injustificado na prestação do serviço;

d) a paralisação na prestação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação a **CPH**;

e) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Edital e no Contrato;

f) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

g) a decretação de falência ou a decretação de insolvência civil;

h) a dissolução da sociedade, por qualquer motivo;

i) a alteração social ou a modificação da finalidade da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

j) as razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a **CPH** e exaradas no processo administrativo a que se refere o presente Edital;

l) suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 60 (sessenta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurando a CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

m) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurando a CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

n) não liberação, por parte da **CPH**, de área, local ou objeto para prestação do serviço nos prazos contratuais;

o) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

14.2- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.3- A rescisão do respectivo Contrato poderá ser:

a) determinada por **ato unilateral** e estrito da **CPH**;

b) **amigável**, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para **CPH**; ou

c) **judicial**, nos termos da legislação.

14.4- A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14.5- Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo direito ainda a:

a) devolução da garantia.

b) pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

14.6- Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, a execução será prorrogada, automaticamente, por igual período.

14.7- Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da CONTRATADA acarretará ao mesmo, sem prejuízo das demais sanções previstas pelo Regulamento Interno de Licitações da **CPH**, a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao **CPH**, além das sanções previstas neste Instrumento.

XV- FISCALIZAÇÃO

15.1- A **CPH**, designará 1(um) Fiscal e seu substituto e/ou Comissão para acompanhamento e fiscalização do contrato de execução dos serviços objeto deste Edital.

15.2- O Fiscal e/ou comissão especialmente designado, anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário para a regularização das falhas ou defeitos observados.

15.3- Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

15.4- A fiscalização exercida pela **CPH**, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução dos serviços.

15.5- O atesto do recibo e das notas fiscais deverão ter a rubrica do fiscal da **CPH**, para posterior provisionamento de pagamento da respectiva medição.

XVI- DO CUSTO ESTIMADO PARA OS SERVIÇOS

16.1- O valor estimado para da execução dos serviços fixos objeto desta licitação é no valor global de **R\$4.091.030,45 (quatro milhões, noventa e um mil, trinta reais e quarenta e cinco centavos)**, considerados todos os valores inclusos de impostos, taxas, transportes e despesas em geral para a execução/aquisição dos produtos/serviços.

XVII- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da execução do presente certame licitatório correrão a conta dos recursos consignados a **CPH** previstos na Dotação Orçamentária do **ano de 2020** seguinte:

Projeto/Atividade: 26.784.1486.7576

Natureza: 449051

Fonte: 0130

XVIII- DO PAGAMENTO

18.1- O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias** após o recebimento do serviço e/ou conforme o cronograma físico financeiro constante do Termo de Referência, por servidor e/ou comissão designada para tal fim, e somente ocorrerá na data se a CONTRATADA apresentar as Notas Fiscais dentro dos prazos determinados e estiverem em situação regular e válida conforme exigido para a habilitação neste **Procedimento Licitatório**, inclusive com os documentos nele exigidos.

18.2- O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA, mediante ordem bancária creditada em conta corrente aberta/mantida em agência do **Banco do Estado do Pará S/A-BANPARÁ**, nos termos do Decreto Estadual n.º 877 de 31/03/2012, em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá até o prazo estipulado para o pagamento, desde que atendidas às condições exigidas acima.

18.3- Serão retidos na fonte, quando do pagamento, os tributos devidos no âmbito federal, estadual e municipal que couber.

18.4- Se na data da liquidação da obrigação por parte do **CPH** existir qualquer um dos documentos exigidos na habilitação com validade vencida, a CONTRATADA deverá providenciar a(s) sua(s) regularização(ões), ficando o pagamento pendente de liquidação até que sua situação seja tornada regular, reiniciando-se, a partir do dia que seja sanada a irregularidade, o prazo para pagamento, sendo que a CONTRATADA se obriga a apresentar a **CPH** a documentação.

XIX- DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1- Caberá a **CPH**:

a) permitir acesso dos empregados da CONTRATADA, devidamente identificados, às suas dependências para execução dos serviços;

b) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA para a perfeita execução dos serviços;

c) tornar disponível, quando for o caso, instalações e equipamentos necessários à prestação dos serviços;

d) impedir que terceiros prestem os serviços objeto desta licitação;

e) atestar as faturas correspondentes, por intermédio da respectiva área competente e efetuar o respectivo pagamento se atendidas às demais disposições nas condições e nos prazos estipulados em contrato;

f) fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela **CPH**, não devem ser interrompidos, após emissão da Ordem de Serviço;

g) rejeitar, no todo ou em parte, os empregados e os serviços, fora do estabelecido e que estejam em desacordo com o do Edital e com o Contrato;

19.2. Caberá a **Contratada**:

a) prestar os serviços de acordo com o estipulado no Edital, no Termo de Referência e em seus Anexos,

b) elaborar e apresentar à **CPH** relatório das atividades executadas;

c) selecionar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando profissionais portadores de atestados de boa conduta e demais referências,

tendo funções profissionais legalmente registradas em suas CTPS, respeitando principalmente as exigências contidas no Termo de Referência;

d) manter um preposto em contato direto e constante com a **CPH**, durante a execução do contrato;

e) responder pelos danos causados diretamente à **CPH** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela **CPH**;

f) orientar seus funcionários a manter sigilo sobre fatos, atos, dados ou documentos de que tome conhecimento e que tenham relação ou pertinência com a **CPH**, durante e após a prestação dos serviços, sujeitando-se a aplicação das sanções civis e penais pelo descumprimento;

g) zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, devendo as falhas que porventura venham a ocorrer serem sanadas em até 48 (quarenta e oito) horas;

h) atender de imediato as solicitações do Fiscal do Contrato, corrigindo no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após notificação, qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados;

i) comunicar ao Fiscal do Contrato responsável pela fiscalização e acompanhamento, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

j) assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seu preposto;

19.3- Caberá ainda à Contratada:

a) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a **CPH**;

b) assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

c) a inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no Edital não transfere a responsabilidade por seu pagamento à **CPH**, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com a **CPH**.

XX- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1- DAS SANÇÕES APLICÁVEIS A PROPONENTE

20.1.1- A Proponente que apresentar documentação falsa ou comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados e Municípios, pelo prazo de até 2(dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20.2- DAS SANÇÕES APLICÁVEIS À ADJUDICATÁRIA

20.2.1- Caso a **Adjudicatária** se recuse a assinar o Contrato no prazo indicado, após devidamente notificada, sem motivo justificado, caracterizar-se-á o descumprimento total da obrigação assumida.

20.2.2- Ocorrendo à hipótese referida no **subitem 20.2.1**, a **CPH** determinará a anulação da Nota de Empenho, ficando ainda a **Adjudicatária**, assegurado o contraditório e ampla defesa, sujeita às seguintes sanções:

a) aplicação de multa compensatória correspondente a 20% (vinte por cento) do valor total da proposta; e

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a União, Estados e Municípios pelo prazo de até 02 (dois) anos.

20.2.3- O valor da multa de que trata o **subitem 20.2.2 alínea a** deverá ser recolhido pela **Adjudicatária** inadimplente dentro do prazo de até **15 (quinze) dias úteis**, a partir de sua intimação, através de Documento de Arrecadação Estadual-DAE.

20.2.4- Decorrido o prazo sem que haja recurso ou manifestação da adjudicatária, a **CPH**, por intermédio da DIRAF/CPH, adotará as medidas cabíveis visando à cobrança por via judicial.

20.3- DA MULTA COMPENSATÓRIA

20.3.1- A multa compensatória será aplicada à **Adjudicatária** que após devidamente notificada, não comparecer para proceder à assinatura do contrato no prazo indicado, configurando o descumprimento total da obrigação assumida, conforme preconiza o art. 82 da Lei nº 13.303/2016, independente das demais cominações legais cumulativas.

20.3.2- A **Adjudicatária** não incorrerá em multa compensatória quando houver prorrogação do prazo, previamente autorizado pela **CPH**, em decorrência de impedimentos efetivamente verificados sem que a ela seja imputável a culpa, ou em decorrência de acréscimos ou modificações no objeto inicialmente ajustado, respeitado o limite legal.

20.4- DAS ADVERTÊNCIAS

20.4.1- A aplicação de advertência será efetuada nos seguintes casos:

a) descumprimento das obrigações assumidas contratualmente, desde que não acarretem prejuízos para a **CPH**, independentemente da aplicação de multa moratória;

b) execução insatisfatória ou inexecução dos serviços, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou inidoneidade;

c) outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços para a **CPH**, a seu critério, desde que não sejam passíveis de sanção mais grave.

20.5- DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.5.1- As sanções de que tratam o **item 20** serão aplicadas pelo Diretor da DIRAF/CPH.

20.5.2- Dos atos praticados pelo **Diretor da DIRAF/CPH**, caberá recurso ao **Diretor Presidente da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará** no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da data da intimação do ato, o qual deverá ser interposto perante a autoridade recorrida, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05

(cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, para apreciação e decisão da autoridade superior.

20.5.3- As aplicações das sanções serão efetuadas mediante autuação em processo administrativo instaurado para esta finalidade, aberto mediante requerimento devidamente fundamentado apresentado pelo(a) **Presidente da CL/CPH**, ou pela **DIRAF/CPH** ou pelo Fiscal do Contrato, conforme o caso, observado o contraditório e a ampla defesa no âmbito administrativo, de acordo com as disposições legais.

20.5.4. Após instauração do processo administrativo, será comunicado ao preposto da empresa CONTRATADA a situação que gerou a ocorrência e a intenção de aplicação da penalidade, abrindo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para oferecimento de defesa prévia. No caso de aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, o prazo para o oferecimento de defesa prévia será de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação e abertura de vista dos autos na sede do órgão licitador.

XXI- DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

21.1- A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar sua revogação, devendo ser anulada por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado, assegurando-se aos **Licitantes** o direito subjetivo ao contraditório e a ampla defesa.

XXII- DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1- O **Licitante** deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, inclusive quanto a sua habilitação, pois a simples apresentação da proposta de preços ou documentação de habilitação submete o **Licitante** à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

22.2- No caso de eventual divergência entre o Edital de licitação **E SEUS ANEXOS, PREVALECERÃO AS DISPOSIÇÕES DO PRIMEIRO.**

22.3. Todas as informações, Edital, atas e relatórios pertinentes à presente licitação, serão disponibilizadas na sede da **CPH** ou no site www.cph.pa.gov.br

Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com este Edital ou o Contrato vinculado a esta licitação, a empresa **Licitante** deve se subordinar ao foro da Comarca de Belém, Estado do Pará, com exclusão de qualquer outro foro.

Belém/PA, 21 de dezembro de 2020.

CLEIDE CILENE ABUD FERREIRA

Presidente da CL/CPH

Portaria nº 098/2020-GP de 05/10/2020.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 007/2020-CPH
Processo nº 2020/1038164

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Vide site da CPH (www.cph.pa.gov.br e www.compraspara.pa.gov.br)

ANEXO II

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

(em papel timbrado do Licitante)

À

Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará - CPH

A/C da Comissão de Licitação da CPH

Procedimento Licitatório nº ..XXX.../202X-CPH.

DADOS DA EMPRESA:

Razão social:

CNPJ/MF:

INSC. ESTADUAL Nº:

INSC. MUNICIPAL Nº:

Endereço completo:

Telefones de contato:

Endereço eletrônico (e-mail):

DADOS BANCÁRIOS:

Nome do Banco:

Número do Banco:

Agência:

Conta corrente:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome completo:

CPF/MF:

Carteira de Identidade:

Nacionalidade:

Estado civil:

Profissão:

Endereço pessoal completo

Cargo na empresa:

1- Pela presente, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei n.º 13.303 de 30/06/2016, propondo à **Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará – CPH** prestação de obras e serviços de engenharia/ o fornecimento dos materiais/ a prestação do serviços, objeto desta licitação, obedecendo às estipulações do correspondente Edital e Anexos, asseverando que:

1.1-Aceitamos todas as condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos.

1.2-No preço final de nossa prestação de obras e serviços de engenharia/ fornecimento dos materiais/ prestação do(s) serviço(s) estão inclusos todos os custos diretos ou indiretos, os tributos e demais encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas

incidentes necessárias à execução do objeto necessários à perfeita execução dos materiais/serviços licitados.

1.3-O prazo de validade desta proposta é de **60(sessenta) dias**, contado da data da apresentação da mesma.

1.4-Temos a ciência do quantitativo, do prazo contratual, da forma de entrega e da forma de pagamento da prestação de obras e serviços de engenharia/ fornecimento dos materiais/ a prestação do(s) serviço(s), conforme Edital e Termo de Referência.

2-Em caso de divergências entre os valores apresentados nas propostas escritas, deverá ser adotado o critério de preferência descrito a seguir, em ordem decrescente de prioridade:

2.1-Os valores expressos em algarismos (absolutos) sobre os índices percentuais;

2.2- O valor unitário sobre o valor total.

2.3-O valor escrito por extenso sobre o expresso em algarismo.

3-Temos a ciência de que deveremos manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram a contratação.

4-Declaramos ainda, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

4.1-a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente pela Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

4.2-que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial quanto a participar ou não da referida licitação;

4.3-que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **Procedimento Licitatório nº 00X/202X-CPH** não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

4.4-que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **Procedimento Licitatório nº 00x/202x-CPH** não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da **CPH** antes da abertura oficial das propostas; e

4.5- que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

5. Propomos como preço total para a execução integral do objeto desta licitação o valor GLOBAL de R\$ xxxxxxxxx (valor por extenso), da seguinte forma distribuído:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL DO ITEM R\$
I		

(Local/Data).

(Assinatura)

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 007/2020-CPH
Processo nº 2020/1038164

ANEXO III

PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇOS

Vide site da CPH (www.cph.pa.gov.br e www.compraspara.pa.gov.br)

ANEXO IV

CADERNO/MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Vide site da CPH (www.cph.pa.gov.br e www.compraspara.pa.gov.br)

ANEXO V

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

Vide site da CPH (www.cph.pa.gov.br e www.compraspara.pa.gov.br)

ANEXO VI

PLANILHAS BDI/ LEIS SOCIAIS

Vide site da CPH (www.cph.pa.gov.br e www.compraspara.pa.gov.br)

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 007/2020-CPH
Processo nº 2020/1038164

SINAPI – Cálculos e Parâmetros


Apêndice 14 – Encargos Sociais – Pará

PARÁ		VIGÊNCIA A PARTIR DE 01/2020			
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A					
A1	INSS	0,00%	0,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
A	Total	16,80%	16,80%	36,80%	36,80%
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	18,11%	Não incide	18,11%	Não incide
B2	Feriados	4,15%	Não incide	4,15%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,91%	0,69%	0,91%	0,69%
B4	13º Salário	10,94%	8,33%	10,94%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,06%	0,07%	0,06%
B6	Faltas Justificadas	0,73%	0,56%	0,73%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	2,66%	Não incide	2,66%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,11%	0,09%	0,11%	0,09%
B9	Férias Gozadas	8,53%	6,50%	8,53%	6,50%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%
B	Total	46,24%	16,26%	46,24%	16,26%
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,23%	3,98%	5,23%	3,98%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,12%	0,09%	0,12%	0,09%
C3	Férias Indenizadas	5,28%	4,02%	5,28%	4,02%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	3,90%	2,97%	3,90%	2,97%
C5	Indenização Adicional	0,44%	0,34%	0,44%	0,34%
C	Total	14,97%	11,40%	14,97%	11,40%
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	7,77%	2,73%	17,02%	5,98%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,44%	0,33%	0,46%	0,35%
D	Total	8,21%	3,06%	17,48%	6,33%
TOTAL(A+B+C+D)		86,22%	47,52%	115,49%	70,79%

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 007/2020-CPH
Processo nº 2020/1038164

ANEXO VII- PLANTAS

Vide site da CPH (www.cph.pa.gov.br)

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 007/2020-CPH

Processo nº 2020/1038164

**ANEXO VIII
(MINUTA DO CONTRATO)**

CONTRATO N.º 00X/202X-CPH

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DA REFORMA/CONSTRUÇÃO DO TERMINAL HIDROVIÁRIO DO MUNICÍPIO DE XXXXXXXX, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARÁ, ATRAVÉS DA COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DO PARÁ – CPH E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Pelo presente instrumento, de um lado o **ESTADO DO PARÁ**, através da **COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DO PARÁ - CPH**, empresa pública com personalidade de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.452.160/0001-95, com sede à Avenida Generalíssimo Deodoro, nº 367, bairro Umarizal, CEP:66.055-240, Município de Belém, Estado do Pará, neste ato representada por seu **Diretor Presidente**, o **Sr. ABRAÃO BENASSULY NETO**, brasileiro, casado, gestor público, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXX e inscrito no CPF/MF nº XXXXXXXXXX, residente e domiciliado no Município de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, doravante denominada **CPH/CONTRATANTE**, e de outro lado, a Empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com sede na Rua XXXXXXXXX, nº XXXX, XXXXXXXXX, Bairro: XXXXXXXXXX, CEP: XXXXXX, Município de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º XXXXXXXXXX e com Inscrição Estadual n.º XXXXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu sócio administrador o Sr. **XXXXXXXXXX**, brasileiro, XXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador de Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX PC/PA e inscrito no CPF/MF n.º XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Bairro XXXXXXX, CEP: XXXXXXXXX, Município de Belém, Estado do Pará, com fundamento no **Processo n.º 202X/XXXXXXXX**, tipo **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO n.º 00X/202X-CPH** e com observância das disposições na Lei Federal nº 13.303 de 30/06/2016 (Estatuto Empresa Pública), Lei Federal nº 10.520/2002, ao Decreto nº 3.555/2000, aos Decretos Estaduais de nºs 1.667 de 27/12/2016 (Estatuto Empresas Públicas Estaduais) e 2.121 de 28/06/2018, à Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), a Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Microempresa) e subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/1993 e demais regras de Direito Público e Privado aplicáveis à espécie, celebram o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1- O presente contrato tem como objeto a **prestação de obras e serviços de engenharia para a execução da XX, Estado do Pará**, conforme especificações constantes do Edital de Licitação e seus

Anexos, do Termo de Referência, Especificações Técnicas e Proposta de Preços apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

2.1- O valor estimado total deste contrato para o período de sua vigência é **R\$XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DESPESA

3.1- A despesa orçamentária da execução deste contrato correrá por conta da seguinte despesa:

Projeto atividade: XXXXXXXXXXXXXXX

Natureza: XXXXXX

Fonte: XXXXX

3.2- A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada pela Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1- O prazo de vigência deste contrato é de **XXX (XX) meses**, com início em **XX/XX/202X** e término em **XX/XXX/202X**.

4.2- O presente contrato poderá ser prorrogado, mediante Termo Aditivo/Apostilamento, até o limite de 05 (cinco) anos, conforme Art. 71 da Lei nº 13.3030/2016, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

4.2.1- Os serviços foram prestados regularmente;

4.2.2- A CONTRATADA não tenha sofrido qualquer punição de natureza pecuniária, exceto a decorrente do não cumprimento do prazo de entrega da garantia contratual;

4.2.3- A Administração ainda tenha interesse na realização do serviço;

4.2.4- O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

4.2.5- O valor do contrato será considerado vantajoso para a Administração quando for igual ou inferior ao estimado pela Administração para a realização de nova licitação.

4.2.6- A CONTRATADA concorde com a prorrogação.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA

5.1- A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CPH/CONTRATANTE**, no prazo máximo de até **10 (dez) dias úteis**, contado da data do protocolo de entrega da via do contrato assinada, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de **5% (cinco por cento) do valor do contrato**, o que importa no valor de **R\$XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXX)**, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

5.2- A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

5.2.1- Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

5.2.2- Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

5.2.3- Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA.

5.2.4- Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA.

5.3- Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente o evento indicado no **subitem 2.1 da Cláusula 2ª**.

5.4- A garantia em dinheiro deverá ser efetuada no Banco BANPARÁ S/A, em conta específica com correção monetária, em favor da **CPH/CONTRATANTE**

5.5- A garantia na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme o modelo constante do Edital e/ou a ser fornecimento pela **CPH/CONTRATANTE**

5.6- A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

5.7- O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza **CPH/CONTRATANTE** a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia, a serem depositados junto ao Banco BANPARÁ S/A, com correção monetária, em favor da **CPH/CONTRATANTE**

5.8- O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.

5.9- O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela **CPH/CONTRATANTE** com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar/sanções à CONTRATADA.

5.10- Será considerada extinta a garantia:

5.10.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da **CPH**, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

5.10.2. Com a extinção do contrato.

5.11- Isenção de Responsabilidade da Garantia

5.11.1. A **CPH/CONTRATANTE** não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

5.11.1.1. Caso fortuito ou força maior.

5.11.1.2. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais.

5.11.1.3. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela **CPH/CONTRATANTE**.

5.11.1.4. Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

5.11.2. Caberá à própria **CPH/CONTRATANTE** apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 5.11.1.3 e 5.11.1.4 Cláusula 5ª, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela **CPH/CONTRATANTE**.

5.11.3. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

5.12- Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pela **CPH/CONTRATANTE** à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora, no prazo de até 90 (noventa) dias após o término de vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS DAS PARTES

6.1- As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2- A CONTRATADA, além das obrigações previstas no Edital e seus Anexos, deve:

6.2.1. Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato.

6.2.2. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar a **CPH/CONTRATANTE** a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

6.2.3. Responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales-refeições, vales-transportes e outras que por ventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

6.2.4. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da **CPH/CONTRATANTE**.

6.2.5. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens da **CPH/CONTRATANTE**, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela **CPH/CONTRATANTE**.

6.2.6. Comunicar à **CPH/CONTRATANTE** qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.

6.2.7. Apresentar, sempre que solicitada pela **CPH/CONTRATANTE**, os comprovantes de pagamento de salários e benefícios dos empregados e o recolhimento dos encargos sociais.

6.2.8. Permitir a **CPH/CONTRATANTE** o acesso ao controle diário de frequência e às carteiras profissionais dos empregados alocados à execução do serviço contratado.

6.2.9. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço para verificar as condições em que o serviço está sendo prestado.

6.2.10. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado.

6.2.11. Refazer os serviços que, a juízo do Fiscal do Contrato da **CPH/CONTRATANTE**, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado.

6.2.12. Manter seus empregados sob as normas disciplinares da **CPH/CONTRATANTE**, substituindo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer deles considerado inconveniente pelo representante da **CPH/CONTRATANTE**.

6.2.13. Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na

época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a **CPH/CONTRATANTE**.

6.2.14. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da **CPH/CONTRATANTE**.

6.2.15. Manter sede, filial ou escritório na cidade de Belém, Estado do Pará, com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da **CPH/CONTRATANTE**, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.

6.2.15.1. A CONTRATADA deverá comprovar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato, o cumprimento desta obrigação.

6.3- São expressamente vedadas à CONTRATADA:

6.3.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da **CPH/CONTRATANTE**.

6.3.2. A subcontratação para a execução do objeto deste contrato.

6.3.3. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da **CPH/CONTRATANTE**, ativo ou aposentado, há menos de 05 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seus cônjuges, parentes ou afins, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato.

6.4- A CPH/CONTRATANTE, além das obrigações previstas nos Anexos e no Edital da Licitação, deve:

6.4.1. Expedir a ordem de serviço.

6.4.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA.

6.4.3. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução do serviço.

6.4.4. Colocar à disposição dos empregados da CONTRATADA local para guarda de uniforme e outros pertences necessários ao bom desempenho dos serviços.

6.4.5. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados;

6.4.6. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

6.4.7. Atestar as notas fiscais/faturas correspondentes e efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.

6.5- A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos neste contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à CPH/CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CPH/CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA.

7.1- A **CPH/CONTRATANTE** designará 01 (um) Fiscal e seu substituto, ambos de seu quadro funcional, para acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços objeto deste Contrato, podendo ainda a **CPH/CONTRATANTE** contratar terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

7.2- O Fiscal do Contrato e/ou comissão especialmente designada, anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário para a regularização das falhas ou defeitos observados.

7.3- Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

7.4- A fiscalização exercida pela **CPH/CONTRATANTE**, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução dos serviços.

7.5- Caberá ao Fiscal e/ou Comissão designada para esse fim, à atestação das faturas correspondentes ao serviço prestado, nos seguintes termos:

a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações contidas no anexo do Edital;

b) definitivamente, após examinados pelo setor competente da **CPH/CONTRATANTE**.

7.6- A liberação da 1ª medição será condicionada à entrega pelo contratado do Registro do Contrato e ART junto ao CREA-PA.

7.7- Junto com a 1ª medição e a critério da **CPH/CONTRATANTE**, poderá ser pago os serviços de mobilização e desmobilização, desde que seja prevista, em item separado na planilha orçamentária e limitada a 50% do valor desse item.

7.8- A fatura acompanhada do respectivo Boletim de Medição, deve ser emitida contra a **CPH/CONTRATANTE** e entregue no protocolo geral, para fins de processamento e pagamento.

7.9- Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a CONTRATADA deverá:

7.1- Entregar, juntamente com a Nota Fiscal, ao setor responsável pela fiscalização do contrato, os seguintes documentos: Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Federal, Estadual e Municipal de seu domicílio e/ou sede e Certidão de Regularidade do FGTS-CRF.

7.10- O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicarão rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.

7.11- Caso a CONTRATADA não honre com os encargos sociais, trabalhistas e fiscais concernentes a este contrato, fica a **CPH/CONTRATANTE** autorizada a reter o valor da fatura em favor dos empregados, que deverá ser depositado judicialmente ou pagos diretamente pela **CPH/CONTRATANTE**.

CLÁUSULA OITAVA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

8.1- A CONTRATADA deverá apresentar, nota fiscal/fatura dos serviços, em 2 (duas) vias, emitidas e entregues na sede da **CPH/CONTRATANTE**, para fins de liquidação e pagamento,

8.2- Na nota fiscal/fatura apresentada deverá estar incluída a parcela referente aos materiais e serviços, a qual será aferida de acordo pela **CPH/CONTRATANTE** e o efetivo fornecimento pela CONTRATADA.

8.3- O pagamento será efetuado pela **CPH/CONTRATANTE** em até **30 (trinta) dias** após recebimento do serviço pelo Fiscal do Contrato designado, contado da data da protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária creditada em conta corrente da CONTRATADA.

8.4- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e a apresentação da documentação de quitação dos tributos federais, estaduais, municipais e trabalhistas

8.5- A **CPH/CONTRATANTE** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS RETENÇÕES DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS NA FONTE

9.1- Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

9.1.1. Do imposto sobre a renda - IRPJ, da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa SRF nº 480, de 15/12/2004 (Anexo I) e alterações, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996 e alterações;

9.1.2. Do INSS, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações;

9.1.3. Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei complementar nº 116, de 31/07/2003 e alterações, c/c a norma regulamentadora estadual e/ou municipal aplicável.

9.2- A **CPH/CONTRATANTE** se compromete a realizar a retenção dos impostos municipais e efetivar o respectivo repasse para o município onde vão ser prestados os serviços (local da obra).

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1- Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 81 da Lei n.º 13.303/2016, desde que haja interesse da **CPH/CONTRATANTE**, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE, REVISÃO E/OU ALTERAÇÃO DE PREÇOS

11.1- Os preços contratados poderão ser reajustados a cada **xxxx (xx) xxx**, contados a partir do mês-base (referente a data do orçamento referencial da licitação), mês a que deverão estar referidos os preços unitários apresentados na proposta da CONTRATADA, esse reajuste terá como base a variação verificada no Índice Nacional de Custo da Construção, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

11.2 - Na hipótese de reajustamento, o cálculo será obtido através da aplicação da seguinte fórmula:

$$R = \frac{(i_1 - i_0)}{i_0} x V$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento a ser calculada;

i_0 = Índice de preço verificado no mês-base do contrato;

i_1 = Índice de preço referente ao mês de reajustamento;

V = Valor, a preços iniciais, da parcela do contrato de obra ou serviço a ser reajustado.

11.3- Os preços contratuais não serão reajustáveis pelo período de 12 (doze) meses ou no caso de atrasos injustificados que impactem no prazo contratual dos serviços.

11.4- Na hipótese de contrato que, embora tenha seu prazo inferior ao período de 12 (doze) meses, ultrapasse o mesmo, desde que a CONTRATADA não tenha nenhuma responsabilidade nesse evento, poderá sofrer reajuste de seus preços.

11.5- As condições de reajustamento de preços estipuladas anteriormente poderão vir a ser alteradas, caso ocorra à superveniência de normas federais ou estaduais que disponham de forma diferente sobre a matéria.

11.6- O preço estipulado no contrato será revisto e/ou alterado:

11.6.1- Quando ocorrer acréscimo ou supressão dos serviços por conveniência da **CPH/CONTRATANTE**, respeitando-se os limites da Lei;

11.6.2- Quando sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado ou em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

11.7- A CONTRATADA poderá exercer, perante a **CPH/CONTRATANTE**, seu direito à repactuação dos preços do contrato até a data da prorrogação contratual subsequente.

11.8- Caso a CONTRATADA não efetue de forma tempestiva a repactuação e prorrogue o Contrato sem pleiteá-la, ocorrerá a preclusão do direito de repactuar.

11.9- As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de custos e formação de preços, apuradas a partir de convenção coletiva de trabalho ou outra norma coletiva aplicável, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado em cada um dos itens da planilha a serem alterados.

11.10- No caso de repactuação, será lavrado termo aditivo ao contrato vigente.

11.11- A **CPH/CONTRATANTE** poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

11.12- Os novos valores contratuais decorrentes da repactuação produzirão efeitos:

11.11.1. A partir da assinatura do termo aditivo;

11.11.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

11.11.3. Em data anterior à repactuação, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa, podendo a data estipulada no instrumento para o início dos efeitos financeiros do reajuste salarial ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

11.13- No caso do previsto no subitem 11.11.3, o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1- A rescisão deste contrato se dará nos termos do art. 69, VII, da Lei nº 13.303/2016, e conforme se expõe:

12.1.1 - Por inexecução parcial ou total do contrato:

- a) de forma unilateral;
- b) por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para as partes;
- c) por determinação judicial.

12.1.2 Por outros motivos:

- a) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- b) a lentidão do seu cumprimento, levando a **CPH/CONTRATANTE** a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, da prestação dos serviços, nos prazos estipulados;
- c) o atraso injustificado no início da obra ou da prestação dos serviços;
- d) a paralisação da obra ou da prestação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à **CPH/CONTRATANTE**;
- e) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Edital e/ou no contrato;
- f) desatendimento das determinações regulares da **CPH/CONTRATANTE** decorrentes do acompanhamento e fiscalização do contrato;
- g) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- h) a dissolução da sociedade ou o falecimento do sócio administrador da CONTRATADA;
- i) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa CONTRATADA, que prejudique a execução do contrato;
- j) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

12.2 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados.

12.3 - No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a **CPH/CONTRATANTE** poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

12.4 - No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a **CPH/CONTRATANTE** adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES

13.1- O descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA e sujeitar-lhe-á a aplicação das penalidades, consoante o art. 82 e seguintes da Lei Federal nº 13.303/2016.

13.2- A sanção de multa será aplicada nos casos de:

13.2.1. Descumprimento do prazo de execução dos serviços - multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor da obrigação, calculado ao dia.

13.2.2. Recusa em atender ou executar os serviços não realizados - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do serviço não executado.

13.2.3. Recusa injustificada em retirar a Nota de Empenho ou assinatura do contrato, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, após ter sido cientificado - perda da Garantia de Manutenção de Proposta, se aplicado, ou multa de 1% (um por cento), sobre o valor dos serviços e estarão sujeitas as seguintes cominações:

a) responder por perdas e danos ocasionados à **CPH/CONTRATANTE**, os quais serão apurados em competente processo, levando em conta as circunstâncias que tenham contribuído para a ocorrência do fato;

b) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CPH/CONTRATANTE**, pelo período de até 02 (dois) anos;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos.

13.3- As multas previstas nesta seção, não têm caráter compensatório, porém moratório e conseqüentemente o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à **CPH/CONTRATANTE**.

13.4- Aplicadas às multas, a **CPH/CONTRATANTE** descontará da Garantia do Contrato, se a multa for de valor superior ao valor de garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **CPH/CONTRATANTE** ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS/OBRA

14.1- A prestação dos serviços/obra será recebida pelo Fiscal do Contrato e/ou Comissão instituída pela **CPH/CONTRATANTE**.

14.2- Será de responsabilidade do Fiscal e/ou Comissão de Recebimento da prestação dos serviços/obra:

14.2.1. Verificar se a entrega da prestação dos serviços/obra foi executada de acordo com as disposições de contrato, projetos, especificações gerais e notas de serviços se houver.

14.2.2. Constatada a perfeita execução da prestação dos serviços/obra e cumpridas todas as exigências, lavrar o Termo de Recebimento da prestação dos serviços/obra.

14.2.3. Constatada qualquer irregularidade na execução da prestação dos serviços/obra o Termo de Recusa de Recebimento da Obra/Prestação dos Serviços definindo nesse Termo, fixando-se o prazo para a CONTRATADA promover as devidas correções.

14.2.4. No prazo pré-estabelecido, realizar nova inspeção para verificar o cumprimento das exigências constantes no Termo de Recusa de Recebimento da prestação dos serviços/obra:

14.2.4.1- Constatada a correção das irregularidades, lavrar o Termo de irregularidades da prestação dos serviços/obra.

14.2.4.2- Persistindo as irregularidades, ratificar o Termo de Recusa e solicitar as penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1 - O presente contrato será publicado sob forma de extrato no Diário Oficial do Estado, no prazo de 10(dez) dias de sua assinatura, de conformidade com o art. 28, § 5º da Constituição do Estado do Pará.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Belém, Estado do Pará, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas 2(duas) testemunhas abaixo.

Belém/PA, XX de XXXXXX de 202X.

COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DO PARÁ
ABRAÃO BENASSULY NETO
Diretor Presidente da CPH

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

Sócio Administrador

Testemunhas :

1. _____

Nome:

CPF/MF

2. _____

Nome

CPF/MF

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 007/2020-CPH

Processo nº 2020/1038164

ANEXO IX

MODELOS DE DECLARAÇÕES

CRENCIAMENTO (facultativo)

XXXXXXXXXXXXXXXXX (nome da empresa), com sedeXXXXXXXXXXXXX....., nº...XXX....., bairro....XXXX....., inscrita no CNPJ/MF-.....XXXXXXXX....., neste ato representada pelo(s) seu(s) representante legal.....XXXXXXXX....., portador da CI.....XXXXXXXX..... e do CIC/MF-.....XXXXXXXX....., (nacionalidade), (estado civil), (profissão e endereço), pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu Procurador o Sr. ...XXXXXXXXXXXXX...(nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere amplos poderes para junto a Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará-CPH, praticar os atos necessários com relação ao **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO** nº XXX.../202X-CPH, usando dos recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e em especial, para esta licitação.

Belém/PA, de de 202X.

Assinatura do Responsável

DECLARAÇÃO DE ME/EPP (OPCIONAL NO CRENCIAMENTO)

XXXXXXXX(nome da empresa), com sede naXXXXXXXX....., nº..XXX..., bairro..XXXXX....., cidade....XXXXXXXX..., inscrita no CNPJ/MF-.....XXXXXXXX..., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _XXXXXXXX, portador(a) da CI nº XXXXXXXX e do CPF nº _XXXXXXXX_, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15/06/ 2007, em seu Art. 34, que essa Empresa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

Belém/PA, de de 202x.

Assinatura do Responsável

INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX(nome da empresa), com sede naXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX....., nº...XXXXXXXX..., bairro.....XXXXX..., cidade....XXXXX..., inscrita no CNPJ/MF-...XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX..., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _XXXXXXXX , portador(a) da CI nº _XXX_ e do CPF nº _XXXXXXXXXXXXX_, infra-assinado, e para os fins do **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 007/2020-CPH

Processo nº 2020/1038164

n.º/202x-CPH, **DECLARA** expressamente que até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Belém/PA, de de 202x.

Assinatura do Responsável

CPF/MF:

INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS MENORES

__XXXXXXXXXXXX_(nome da empresa)_, com sede naXXXXXXXXXXXX....., nº....XXXXX..., bairro....XXXXXX....., cidade....XXXXX..., inscrita no CNPJ/MF-.....XXXXXXXXXXXX....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) __XXXXXXXXXXXX....., portador(a) da CI nº_XXXX__ e do CPF nº_XXXXXXXX....., infra-assinado, e para os fins do **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO** n.º ..XXX.../202x-CPH, em cumprimento ao Lei n.º 9.854/99, **DECLARAMOS** sob as penalidades legais e de futura rescisão contratual, que esta empresa cumpre fielmente as disposições constitucionais do Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, que estabelece : “Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição: XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18(dezoito) e de qualquer trabalho a menores de 16(dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.”

Belém/PA, de de 202x.

Assinatura do Responsável

CPF/MF:

CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO § 6º DO ARTIGO 28, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARÁ.

__XXXXXXXXXXXX_(nome da empresa)_, CNPJ/MF__XXXXXXXX__, sediada _____XXXXXXXXXXXX, Nº__XXXX__, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins da **PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO** n.º ...XXXX.../202X-CPH, **DECLARA**, para atendimento ao disposto no § 6º do artigo 28 da Constituição do Estado do Pará, que () possui e/ou () não possui em seu quadro de pessoal, 5% (cinco por cento) de pessoas com deficiência.

Belém/PA, de de 202x.

Assinatura do Responsável

CPF/MF